

## EDITORIAL

**A**brimos a 62ª edição da revista *Avaliação* agradecendo a enorme colaboração que temos recebido ao longo dos últimos 18 anos. Mais de 600 artigos/ensaios sobre a temática da educação superior e, especialmente, de avaliação da educação superior, constituem uma contribuição importante desta revista a ideias e práticas que se produzem nos espaços universitários, sobretudo, dos países de língua portuguesa e espanhola. É importante ressaltar o alcance desta revista nos meios universitários dos países latino-ibero-americanos. Vale recordar a edição anterior (novembro de 2012). Nela foram reunidos vários textos de eminentes acadêmicos do México, Argentina, Espanha, Venezuela, Colômbia e Brasil, por proposta inicial da *Universidad de Guadalajara* (Jalisco) e contando com a colaboração da *Red de Académicos de Iberoamérica*, tendo como foco central o tema da *acreditação e certificação de programas e instituições de educação superior*. No presente número, organizamos um dossiê que resulta do *I Seminário Educação em Questão*, promovido por UNISO-UFSCAR (Câmpus Sorocaba), e dedicado às discussões sobre *Tendências e Desafios da Educação Superior no Brasil*. Nesse Seminário, professores e estudantes dos programas de pós-graduação em Educação e áreas afins dessas duas universidades, com foco no tema geral *Tendências e Desafios da Educação Superior no Brasil*, apresentaram trabalhos e participaram de discussões sobre “o público e o privado na educação brasileira: democratização e acesso; educação superior: formação cidadã e trabalho; expansão da educação superior no Brasil; a educação a distância no Brasil”. Seis artigos da presente edição constituem o dossiê representativo desse Seminário.

No primeiro artigo, **Luiz Fernando Gomes** (UNISO) comenta que não se notam avanços pedagógicos marcantes na educação a distância e argumenta que “a presença das tecnologias atuais de informação e de comunicação no cotidiano educacional, tanto no ensino presencial quanto no a distância deve ser transformadora, pois ela potencializa e pressupõe um outro paradigma educacional, que passa pela descentralização do currículo, do empoderamento dos alunos e da presença forte das comunidades de aprendizagem e das redes de relacionamento”. **Maria Carla Corrochano** (UFSCAR/Sorocaba) sustenta que “as recentes transformações no ensino superior, especialmente no que se relaciona à ampliação da presença de jovens trabalhadores no meio universitário, tornam fundamental a retomada da categoria juventude nos estudos em tor-

no desse nível de ensino, destacando a centralidade da categoria trabalho para sua constituição no Brasil”. **Pedro Goergen** (UNISO) reflete sobre “a crise da educação superior frente aos novos desafios decorrentes das transformações epistêmicas e sociais, ocorridas nas últimas décadas”. Para ele, “o eixo condutor é a passagem do caráter formativo ao informativo da educação superior e, neste contexto, a imposição da lógica utilitarista e eficientista como paradigma de qualidade”. Diante disso, pergunta “qual o espaço que resta para políticas de Estado e garantias de autonomia da educação superior dominada pelos imperativos do mercado”. **Waldemar Marques** (UNISO) analisa a expansão da educação superior no Brasil, “com destaque para os governos que se seguem ao golpe militar de 1964 até os dias atuais. Aborda o crescimento constante do setor privado da educação superior no país destacando seu processo de concentração em grandes grupos educacionais, configurando-se como oligopólios que extrapolam fronteiras nacionais e ampliam seu poder mediante operações na bolsa de valores. Aborda também o papel do Estado brasileiro e sua atuação dúbia a permitir ou facilitar o crescimento desordenado do setor privado nesta área”. **Paulo Lima** (UFSCAR/Sorocaba) discute até que ponto as ações voltadas à expansão e à democratização da educação superior empreendidas no governo Lula “contribuíram efetivamente para finalidade a que estavam destinadas, considerando as contradições estruturais do sistema capitalista”. Além disso, “elencas algumas pontuações reflexivas quanto à possibilidade de se construir uma universidade no Brasil não excludente e promotora da dimensão de democracia e universalização”. **José Dias Sobrinho** (UNISO) discute o princípio da educação superior como bem público, em estreita relação com o tema da democratização e da equidade. Dentre outras conclusões, afirma “que a democratização da educação superior deve fazer parte da democratização da sociedade e da promoção da justiça social; não se restringe à ampliação do acesso, mas tem a ver com qualidade, pertinência e relevância social; além disso, a melhora da qualidade da educação superior está vinculada à ampliação e à elevação qualitativa de todo o sistema educativo e, mais amplamente, de transformações estruturais da sociedade. Portanto, é de responsabilidade coletiva”.

A segunda parte desta edição reúne outros seis artigos. O primeiro deles nos leva a refletir sobre a questão de fundamental importância para a consolidação de sociedades democráticas: o tema da igualdade e da equidade. Seu autor, **Mário Luiz Neves Azevedo** (UEM), sustenta que “a igualdade e a equidade substantivas, com suas sutis diferenças de entendimento, são princípios fundamentais para a formulação de políticas públicas voltadas para a promoção

da justiça social e da solidariedade”. **Daniel Mato**, (Coordenador do Projeto de Pesquisa “Diversidade Cultural, Interculturalidade e Educação Superior do Instituto Internacional da UNESCO para Educação Superior na América Latina e Caribe -IESALC), tomando como referência mais de 200 experiências desenvolvidas por equipes de professores e estudantes de cerca de 40 universidades públicas argentinas, examina as contribuições para a melhoria da qualidade acadêmica alcançadas mediante experiências extracurriculares de colaboração entre universitários, comunidades e organizações sociais. Essa investigação mostra que, embora essas iniciativas produzam efeitos muito positivos, elas não são devidamente valorizadas pelas instituições universitárias. Professores da UFRGS, **Gabriel Vidor, Flávio Sanson Fogliatto, Carla ten Caten** propõem “um método para avaliar cursos de pós-graduação em Instituições de Ensino Superior (IES)”. Informam os autores que “o método busca identificar, através de um questionário, critérios inibidores da qualidade e promotores da qualidade em cursos de pós-graduação”. Concluem que a Análise Fatorial é uma técnica eficiente para auxiliar as tomadas de decisão por parte das IES. **Marcos Antonio Batista, Maria de Fátima Freitas de Paula, Maria Ignez Arantes Oliveira e Emanuel Eustáquio Almeida** descrevem o “processo de construção de um instrumento de avaliação para mensurar a autopercepção de discentes, docentes e funcionários acerca dos vários aspectos da rotina acadêmica de uma Instituição de Ensino Superior (...) com base nas dimensões indicadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Estudos psicométricos de análise fatorial e precisão evidenciaram diferenças nos pontos de vista de discentes, docentes e funcionários. Agrupados em três bancos de dados, os protocolos passaram por novas análises que resultaram em duas escalas consistentes para docentes e discentes”. **Milena Yumi Ramos e Lea Velho** (UNICAMP) constatam que a “formação de pesquisadores é influenciada pela dinâmica de produção e uso do conhecimento num determinado contexto de aplicação” e argumentam que “a política de pós-graduação no Brasil, orientada à carreira e ao desempenho acadêmico, como impõe o modelo de avaliação da Capes, não é capaz de atender às novas competências e papéis esperados dos doutores no atual cenário de intensificação das relações e do intercâmbio científico, econômico e cultural no âmbito nacional e, especialmente, internacional”.

Boa leitura! Bom ano!

*José Dias Sobrinho*  
editor